EDITORIAL

DIANA RAMOS
Diretora do Jornal
de Negócios

OS DESAFIOS QUE A ECONOMIA NOS TRAZ E A ENTRADA EM CENA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Não há provavelmente setor onde o peso da tradição tenha uma preponderância tão elevada com o da advocacia. O ano de 2023 já nos deixou perceber que haverá uma dose elevada de incerteza económica a desafiar o trabalho das sociedades e uma novidade a nascer que tenderá a abrir um aceso debate sobre o papel da tecnologia na justiça e no direito, a inteligência artificial.

É certo que os números começam a afastar um cenário de recessão em Portugal – e muito provavelmente na Europa –, mas é inevitável que um clima económico de maior incerteza traga acoplado uma travagem no investimento que inevitavelmente penaliza as áreas do direito mais direcionadas para a chamada justiça económica.

Com um PRR em marcha, o ano de 2023 será também marcado pela capacidade que o país consiga demonstrar na sua execução, ou não fosse este um ano decisivo.

Perspetivando o setor pelo lado do copo meio vazio, há duas áreas que tenderão a trazer um aumento de trabalho – a laboral, com a entrada em vigor de uma lei que acarretará novas obrigações para o lado das empresas; e o imobiliário, com uma esperada agitação trazida pelo pacote de medidas que o Governo quer aprovar para a habitação e que, seja pelo fim dos vistos gold, as restrições ao alojamento local ou os direitos dos proprietários, trará uma litigiosidade acrescida.

Falar de 2023 é, inevitavelmente, falar do ChatGPT e dos efeitos que a introdução da inteligência artificial terá na justiça. A disrupção cria receios e se é genericamente consensual que mais tecnologia aplicada às tarefas rotineiras trará um acréscimo de conforto e produtividade, a questão é mais difícil de avaliar quando se aborda o papel da inteligência artificial na formação de novos advogados, aqueles que numa fase mais inicial acabam por desempenhar tarefas de menor responsabilidade e que arriscam tornar-se automatizadas.

O ano de 2023 será certamente aquele em que mais áreas do direito estarão sujeitas a elementos novos, alguns de maior fricção, algo que de certa forma pode até gerar novas dinâmicas e mais abertura. Porque a tradição combinada com modernidade acrescenta maior valor.

JOÃO MOURA
Diretor da In-Lex

TEMPOS DESAFIANTES

Maiores e vacinados. Assim se passaram 18 anos desde a primeira publicação do In-Lex, o mais completo diretório da advocacia de negócios em Portugal.

Lançámos a primeira edição em 2006 e ao longo destes anos acompanhámos o setor em diferentes cenários: diversas conjunturas internas e externas, crises económicas e políticas, a intervenção da Troika, o boom do Turismo em Portugal, de tudo um pouco. Terminado o ano de 2019, todos os cenários económicos e políticos pareciam já ter sido retratados na história do In-Lex, mas na verdade, muito mais havia por contar. O mundo mudou e foram três anos marcados por acontecimentos inimagináveis e que, até então, não entravam nas previsões dos melhores analistas: da pandemia à guerra. Seria difícil imaginar pior cenário! Uma vez mais, tivemos oportunidade de apresentar a forma como o setor rapidamente se adaptou a estas novas realidades indo ao encontro das necessidades dos seus clientes.

Mas se os anos de 2020 a 2022 foram especialmente desafiantes, o ano de 2023 não será diferente: certo, só mesmo a incerteza! Ainda que com as previsões do Banco de Portugal a darem um novo ânimo à economia em 2023, estimando uma descida gradual da inflação e uma previsão de crescimento da economia portuguesa em 1,5%, o alerta ficou bem patente: "temos de estar vigilantes à evolução do cenário macroeconómico". O ano vai ser difícil para as empresas e para as famílias. Talvez não tão penoso como inicialmente estimado, mas seguramente desafiante, dando sequência a um conjunto de acontecimentos externos – uma trágica guerra sem fim à vista – e internos, que irão impactar o estado da nossa economia. Desafios não irão faltar para as empresas e consequentemente para as sociedades de advogados: a somar às consequências humanitárias e económicas da guerra (com o impacto na inflação, no aumento dos custos energéticos e a subida das taxas de juro) temos ainda alterações em matéria de legislação laboral, o novo pacote para combater a crise na habitação e a execução do PRR – de extrema relevância para o futuro do país em matérias de digitalização da economia e transição energética.

Em tempos de incerteza, mais do que nunca, urge a necessidade de aconselhamento jurídico competente e independente. Nesta edição do In-Lex 2023, apresentamos 129 sociedades de 18 localidades do país capazes de responder a esta exigência. O RX está feito! Em jeito de balanço as sociedades estão de boa saúde, com "morfologia" jurídica nos níveis máximos e sem compromissos quando expostas a testes de esforço em novos desafios. Os relatórios individuais estão nas páginas que se seguem desta 18ª edição do In-Lex. Veja por si.

SUMÁRIO

CADERNO EDITORIAL

Editorial
3 *Os desafios que a economia nos traz e a entrada em cena da inteligência artificial*
por Diana Ramos, Diretora do Jornal de Negócios
3 *Tempos Desafiantes*
por João Moura, Diretor da In-Lex

O Retrato do Anuário
5 *Internacionalização é marca distintiva da advocacia societária*

Entrevista
José Luís Moreira da Silva, Presidente do Conselho Diretor da ASAP
6 *O Direito e a Justiça são mais necessárias em momentos de incerteza como estes*

Mercado em 2023
12 *Da incerteza da evolução económica ao PRR*

Justiça 2023
16 *Nova bastonária quer advogados com direitos para a advocacia ser livre*

18 **ÍNDICE ALFABÉTICO**

SOCIEDADES DE ADVOGADOS

21 Capítulo I
26 Capítulo II
61 Capítulo III
81 Capítulo IV

96 **ÍNDICE ÁREAS DE DIREITO**

111 **ÍNDICE LOCALIDADES**

FICHA TÉCNICA

JORNAL DE NEGÓCIOS
PROPRIEDADE/EDITORA: Cofina Media, S.A. | SEDE: Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3, 1549-023 Lisboa Portugal Tel. +351 210 494 000 Fax +351 213 309 411 | PRINCIPAL ACIONISTA: Cofina, SGPS, S.A. (100%) | CAPITAL SOCIAL: € 22.523.420,40 | CONTRIBUINTE: 502 801 034 | C.R.C DE LISBOA: 502 801 034 | Nº REGISTO ERC: 121571 | DEPÓSITO LEGAL: 120966/98 - ISSN 0874-1360

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Paulo Fernandes (Presidente), João Borges de Oliveira, Luís Santana, Ana Dias

DIRETORA: Diana Ramos | DIRETOR-ADJUNTO: Celso Filipe | ASSINATURAS: Margarida Matos (Tel: +351 210 494 999; E-mail: assine@cofina.pt) | PUBLICIDADE - DIRETOR GERAL COMERCIAL: Luís Ferreira | DIRETOR DE CIRCULAÇÃO: João Ferreira de Almeida | DIRETORA DE ASSINATURAS E READER REVENUE: Rita Serrano | DIRETOR DE INFORMÁTICA: Rui Taveira | DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS: Nuno Jerónimo | DIRETORA DE RESEARCH: Ondina Lourenço | DIRETORA DE MARKETING: Isabel Rodrigues | DIRETOR TÉCNICO ONLINE: Nuno Alves
IMPRESSÃO: Funchalense - Empresa Gráfica, SA, Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50 - Morelena, 2715-028 Pêro Pinheiro | DISTRIBUIÇÃO: Vasp - Distribuição de Publicações SA
Estatuto editorial do negócios disponível em: www.negocios.pt

IN-LEX, MARKETING E PUBLICIDADE, LDA
DIRETOR: João Moura | PROPRIEDADE: In-Lex, Marketing e Publicidade, Lda. | CONTRIBUINTE: 507 432 622 | C.R.C. DE LISBOA: 507 432 622 | ADMINISTRAÇÃO: Rua Ary dos Santos nº 3, Armazém 4, Quinta Figo Maduro, 2685-312 Prior Velho | Tel: +351 213 885 213; E-mail: geral@in-lex.pt | CONCEPÇÃO GRÁFICA: WDL - Brand & Retail | DIREÇÃO GRÁFICA: Ricardo Diogo | PAGINAÇÃO: Ana Bernardo | PERIODICIDADE: Anual | IMPRESSÃO: Lidergraf - Artes Gráficas, SA, Rua do Galhano, 15, 4480-089 Vila do Conde | DEPÓSITO LEGAL: 323397/11

Os conteúdos informativos e imagens apresentados neste anuário são da inteira responsabilidade das sociedades de advogados participantes.

O RETRATO DO ANUÁRIO

INTERNACIONALIZAÇÃO É MARCA DISTINTIVA DA ADVOCACIA SOCIETÁRIA

Nesta edição de 2023, o Anuário In-Lex apresenta 129 sociedades de advogados que prestam serviços jurídicos maioritariamente a empresas, reunindo mais de 5100 profissionais, dos quais 3477 advogados e 747 sócios. Há ainda 543 advogados estagiários, a quem estas sociedades permitem o contacto com a realidade profissional em regime societário, bem como a 307 outros profissionais com formação jurídica ou de outra área, que colaboram enquanto consultores.

É também interessante perceber que para além dos números acima, as 129 organizações representadas nesta edição dão ainda trabalho a mais de 1317 profissionais de outros setores, onde se incluem funcionários administrativos, pessoal técnico ligado aos recursos humanos, à contabilidade, especialistas nas áreas de marketing, entre outros profissionais essenciais ao bom funcionamento das suas organizações.

Em termos de representação geográfica a nível internacional, observamos que as sociedades participantes nesta edição do In-Lex, estão presentes em quase 70 países, seja com representação de forma direta ou através de parcerias. Angola, Espanha e Brasil lideram a lista das jurisdições com o maior número de representações de escritórios.

Já no plano nacional, têm sede maioritariamente nas principais cidades do país, Lisboa e Porto, mas com uma distribuição alargada a todo o território português, incluindo as ilhas, o que traduz um retrato fiel da realidade do setor no nosso país.

QUAIS OS SERVIÇOS JURÍDICOS

As áreas de Contencioso e Direito do Trabalho surgem em destaque nesta edição, com 67% das sociedades (87) a assegurarem apoio em ambos os campos jurídicos. Em climas de incerteza e com reformas legislativas em curso, nomeadamente na área laboral, é expectável que estas áreas assumam igual ou maior relevância em 2023, assim como a área do Direito Imobiliário, que volta a posicionar-se nos lugares cimeiros da lista, com 79 firmas a oferecerem trabalho especializado neste campo - uma das áreas cuja atividade mais tem estado em evidência nos últimos anos, e que em 2023 volta a apresentar enormes desafios.

Já 76 das sociedades representadas asseguram apoio na área do Direito Societário e Comercial. O Direito fiscal é também privilegiado no conjunto dos serviços jurídicos prestados às empresas, completando este "top 5", com 71 sociedades a assegurarem serviços nesta área.

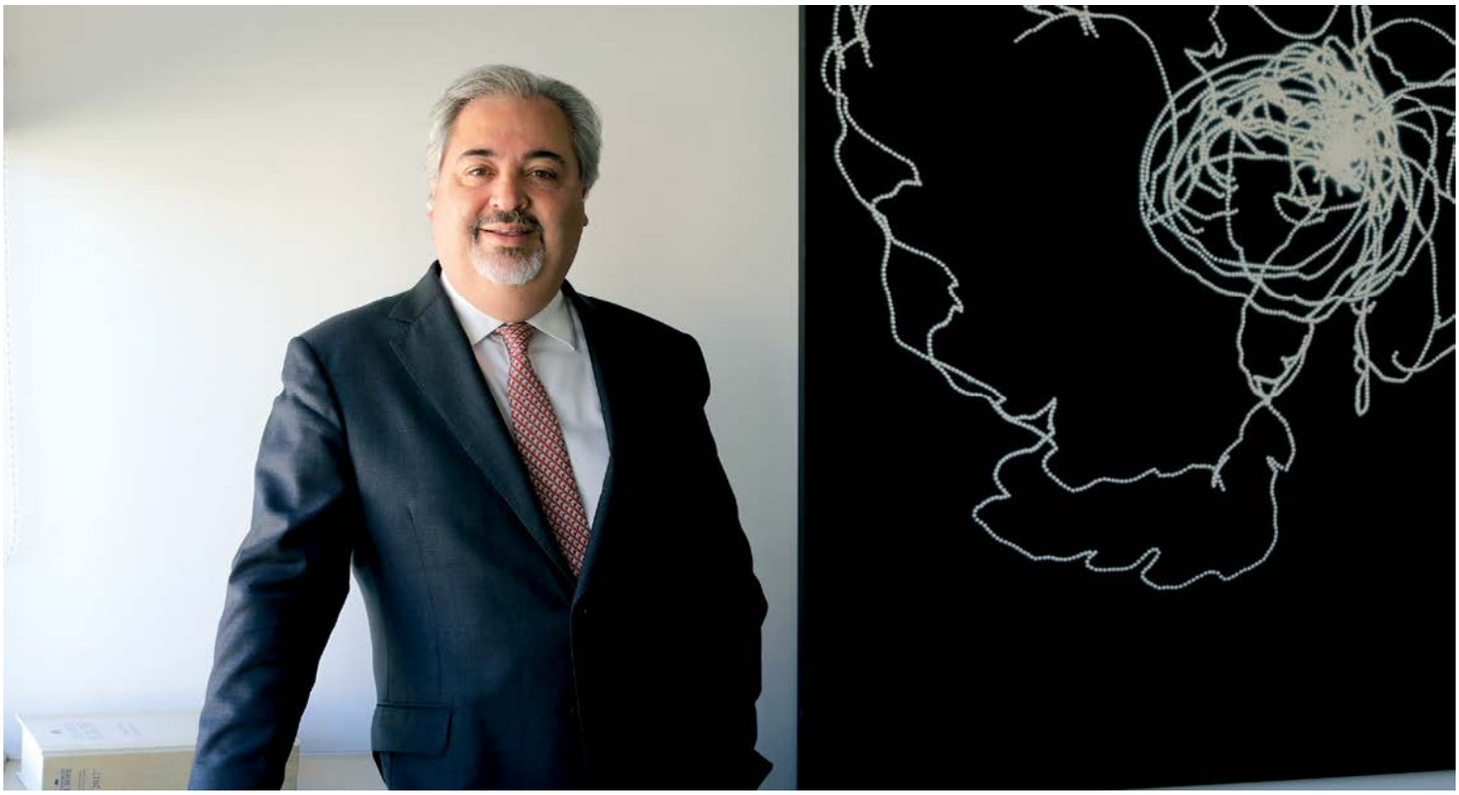
CÁ DENTRO E LÁ FORA

As presenças no anuário chegam de todo o País, com 18 localidades representadas com escritório sede, o que permite abarcar a quase totalidade do território continental e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. As regiões de Lisboa e do Porto, com destaque para a capital, são as que têm um maior número de sociedades no Anuário In-Lex de 2023: Lisboa com 92 sociedades com escritório sede e a cidade Invicta com 17.

À semelhança dos anos transatos, constata-se nesta edição do In-Lex que a aposta na internacionalização se mantém viva e é uma prioridade para as sociedades. As firmas aqui representadas marcam presença, diretamente ou através de parcerias, num conjunto de quase 70 países. Com representações da Europa à Oceânia as sociedades estão em condições de assegurar serviços jurídicos aos seus clientes, um pouco por todo o mundo. Angola, Espanha e Brasil são, uma vez mais, os países mais representados no campo da internacionalização das sociedades de advogados presentes no anuário. Nas presenças internacionais destaca-se ainda a aposta em países como Moçambique, Cabo Verde, Reino Unido, França, Estados Unidos, Bélgica, São Tomé e Príncipe ou China.

ENTREVISTA A JOSÉ LUÍS MOREIRA DA SILVA, PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA ASAP

"O DIREITO E A JUSTIÇA SÃO MAIS NECESSÁRIAS EM MOMENTOS DE INCERTEZA COMO ESTES"



A pandemia da covid-19 trouxe limitações evidentes, sobretudo nos anos de 2000 e 2021, ao plano de atividades da equipa dirigente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP). José Luís Moreira da Silva, presidente do conselho diretor desta organização, faz um balanço ao triénio terminado em 2022 e destaca a intervenção conseguida junto do poder político, nomeadamente tendo em vista a criação de um regime fiscal para as sociedades ou ao nível das alterações propostas às associações profissionais. Depois de cumpridas pela ASAP duas décadas de existência, o atual líder admite que há ainda muito por fazer e diz que os atuais órgãos dirigentes estão disponíveis para fazer mais um mandato, de modo a cumprir o plano de atividades que se propunham executar.

O triénio 2019-2022 fica marcado por uma pandemia e pelo deflagrar de uma guerra na Europa. Em que medida condicionaram estes acontecimentos o plano de atividades que a ASAP se propôs executar neste período de tempo?

Infelizmente, principalmente a pandemia, desde logo o início do mandato em 2020, ainda afetando parcialmente 2021, prejudicou profundamente todas as iniciativas – e eram muitas – que pretendiam pôr os órgãos da ASAP em contacto com os colegas por todo o país e com outras instituições da justiça e do Direito, que se encontravam já planeadas.

Desde logo, o encontro nacional da ASAP em 2020 ficou por realizar…

O Encontro Nacional das Sociedades de Advogados previsto para 2020 teve de ser adiado. Mas muitas outras iniciativas de reuniões presenciais estavam previstas que tiveram de ser canceladas. Pretendia-se realizar uma aproximação das Sociedades de Advogados das pessoas e dos principais agentes da Justiça e do Poder Político, algo que só funcionaria bem de forma presencial, o que foi claramente prejudicado.

Ainda assim, o que foi possível concretizar do vosso plano de atividades neste período de tempo?

Ainda se conseguiram realizar algumas reuniões, nomeadamente com o Conselho Geral da Ordem dos Advogados, com os diretores de algumas escolas de Direito, com a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, com o presidente do Supremo Tribunal de Justiça e com a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República. Também se conseguiu realizar uma reunião descentralizada no Porto com as sociedades de advogados do Norte. ...

CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

MESTRADOS CATÓLICA DIREITO

ADMINISTRATIVO

CATÓLICA GOV

PARCEIRO | Sérvulo & Associados

DIREITO E GESTÃO

CATÓLICA FACULDADE DE DIREITO ESCOLA DE LISBOA

CATÓLICA LISBON SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS

EMPRESARIAL

PARCEIRO | VdA - VdA Academia

CATÓLICA TAX

FISCAL

PARCEIRO | PLMJ

FORENSE

PARCEIROS

PLMJ | Sérvulo & Associados | VdA - VdA Academia

direitoenacatolica

direitonacatolica

católica | faculdade de direito (escola de lisboa)

fd.lisboa.ucp.pt

mestradosdireito.sede@ucp.pt

Telefone 217 214 174

Quando foi mesmo preciso parar, por causa da pandemia, o que fez o conselho diretivo da ASAP, ainda que a distância?
Aproveitou-se para se arrumar a casa, foi lançado um novo site, tecnologicamente moderno e que permite um real conhecimento de tudo o que tem vindo a ser feito. Foram atualizados os estatutos, criando ferramentas para uma intervenção mais eficaz da ASAP. Manteve-se uma comunicação permanente com as associadas, via mail, sobre a atividade da ASAP e sobre os principais problemas que podem afetar as sociedades de advogados. Também se logrou ter uma intervenção na comunicação social especializada sobre esses temas. Tivemos ainda oportunidade de passar a ser sempre ouvidos pela Assembleia da República sobre os vários diplomas em discussão com impacto na advocacia, designadamente sobre o futuro da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) e sobre as alterações propostas às associações profissionais. Foram emitidos vários pareceres sobre essas matérias.

A afirmação da associação enquanto parceiro junto do poder político era um dos pontos em que queriam apostar. Pelo que diz foi possível avançar neste âmbito. Conseguiram sensibilizar o Governo para o novo regime fiscal que defendem para as sociedades de advogados?
Neste aspeto demos passos muito relevantes. Estabelecemos uma relação profícua com a Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, que nos permitiu discutir abertamente a necessidade de um novo regime fiscal para as sociedades. Também contribuímos para a transposição de várias diretivas fiscais com impacto no exercício de atividade dos advogados, como a lei do branqueamento de capitais e a chamada DAC 6. E passamos a ser parceiros da Assembleia da República, como referi, tendo sido chamados duas vezes a participar no processo legislativo, em audições e mediante pareceres, quer nas discussões sobre a CPAS, sociedades multidisciplinares, estatuto dos associados, entre outros dossiês.

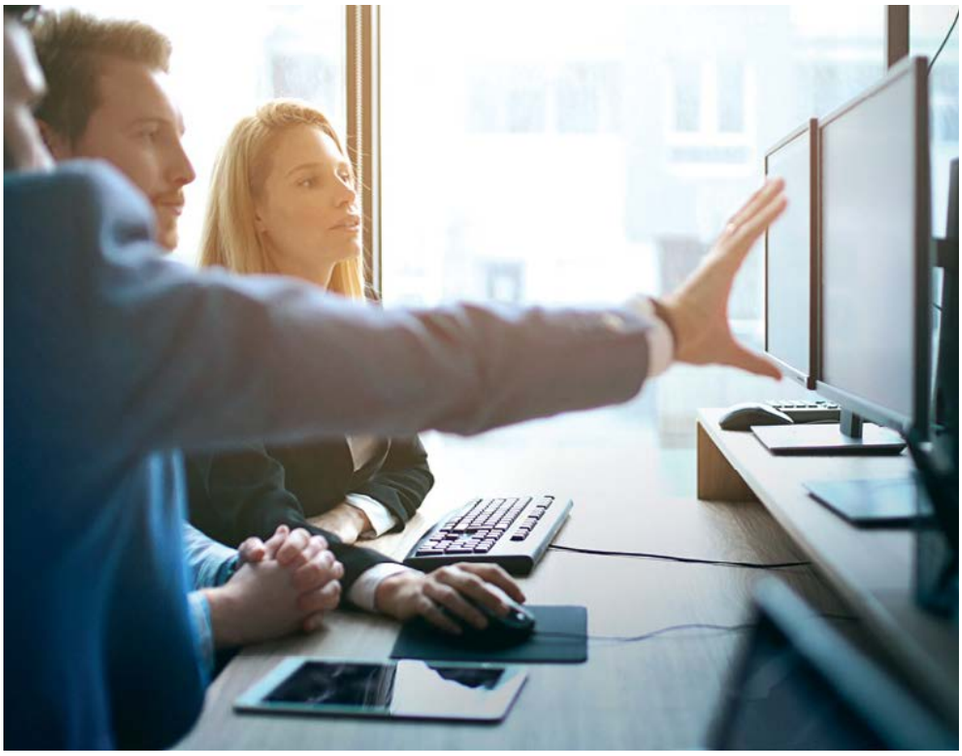
Recorreram também ao Presidente da República, no caso relacionado com o regime das associações públicas profissionais. Considera o feedback positivo, dado que o diploma vai ser alvo de uma apreciação preventiva da sua constitucionalidade?
Junto do Presidente da República expressamos a nossa opinião sobre a inconstitucionalidade de algumas normas constantes do decreto aprovado na Assembleia da República de alterações ao regime das associações publicas profissionais, tendo solicitado a apreciação preventiva da sua constitucionalidade. Vimos com agrado que foi acolhido este nosso pedido.

Entretanto, os encontros nacionais voltaram em 2021.
Finalmente, em 2021, conseguiu-se retomar os encontros nacionais, no CCB, que se repetiu em 2022, com discussões muito relevantes, designadamente sobre a digitalização, a internacionalização, as novas formas de trabalho e os novos escritórios na advocacia, também sobre o regime fiscal das sociedades de advogados e as propostas de alterações legislativas.

A ASAP completou no ano passado duas décadas de existência. De que forma foi assinalado esse aniversário?
Tivemos a oportunidade de celebrar os 20 anos da ASAP (2002/2022), com a publicação de 20 depoimentos das sociedades de advogados mais antigas de Portugal e com a atribuição dos primeiros Prémios da Advocacia Societária.

Distinguiram 10 senadores da advocacia societária portuguesa.
Atribuímos estes primeiros prémios no Encontro nacional de 2022 a Agostinho Pereira de Miranda, Augusto Aguiar Branco, Daniel Proença de Carvalho, João Nuno Azevedo Neves, José Manuel Galvão Telles, Jorge de Abreu, Luís Sáragga Leal, José Miguel Júdice, Sérvulo Correia e Vasco Vieira de Almeida.

Mas ficou ainda muito por fazer. Concorda?
Muito ainda ficou por fazer do nosso ambicioso plano de atividades. Muito teríamos gostado de finalmente ter alcançado a revisão do regime fiscal das sociedades de advogados. Também de ter realizado mais reuniões por todo o país. ...



"AS ASSOCIADAS DA ASAP ESTÃO PREPARADAS PARA OS DESAFIOS QUE SE AVIZINHAM, DESDE LOGO O TECNOLÓGICO, COM A ENORME EVOLUÇÃO DO DIGITAL NO MUNDO JURÍDICO, DAS NOVAS FORMAS DE TRABALHO E DOS ESCRITÓRIOS."

José Luís Moreira da Silva,
Presidente do Conselho Diretor
da Associação das Sociedades de
Advogados de Portugal (ASAP)

Materialize os seus sonhos

CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DO PORTO

Mestrado em Direito

- Direito Privado
- Direito Criminal
- Direito da Empresa e dos Negócios
- Direito Internacional e Europeu
- International Studies Programme
- Direito Fiscal
- Direito Administrativo
- Direito do Trabalho

Personalize o plano de estudos - escolha entre mais de 100 disciplinas e seminários.

Mestrado em Direito e Gestão

Saiba mais
fd.porto.ucp.pt

Candidaturas
candidaturas.porto@ucp.pt
939 450 000 / 939 450 012

"A ASSOCIAÇÃO SEMPRE MANTEVE UMA EXCELENTE COLABORAÇÃO COM A ORDEM DOS ADVOGADOS, O SEU BASTONÁRIO E O CONSELHO GERAL… ESPERAMOS MANTER O MESMO NÍVEL DE COLABORAÇÃO LEAL."

Uma das apostas era desmistificar uma certa perceção negativa sobre o papel das sociedades de advogados.
Essa desmistificação junto ao publico em geral sobre a realidade das sociedades de advogados e de tudo o que o exercício da advocacia inserido nelas pode potenciar a favor da Justiça continua por ser feita. Sabemos que é um trabalho continuo e que nunca ficará completo, mas tem de ser feito.

E quanto à afirmação da ASAP no seio da Justiça portuguesa, um dos vossos objetivos, em que medida foi possível avançar a este nível?
A nossa intervenção na feitura de diversa legislação do setor, junto da Assembleia da República, concretizou esse desiderato, sendo hoje a ASAP reconhecida como parceiro para essas matérias. Ficou ainda por concretizar muito mais, quer junto da Magistratura Judicial e do Ministério Publico, como junto do Ministério da Justiça.

Neste período de tempo, que tipo de relação manteve a ASAP com a Ordem dos Advogados?
A associação sempre manteve uma excelente colaboração com a Ordem dos Advogados, o seu bastonário e o Conselho Geral. Aliás, a ASAP foi por várias vezes mencionada nos discursos do senhor bastonário Menezes Leitão. Não só colaboramos em matéria legislativa, dando os nossos contributos ao Conselho Geral, como junto do Boletim da Ordem dos Advogados, onde tivemos a oportunidade de escrever vários artigos, ainda em iniciativas concretas, em que a ASAP apoiou a Ordem, como em defesa dos colegas ucranianos ou em defesa dos imigrantes de Odemira, situações em que as associadas se disponibilizaram para apoiar pro bono.

Que relacionamento espera ter a ASAP com a bastonária recém-empossada, Fernanda de Almeida Pinheiro?
Esperamos manter o mesmo nível de colaboração leal. Já tivemos oportunidade de felicitar todos os novos órgãos eleitos e de nos disponibilizarmos para toda a colaboração que seja entendida como necessária.

Qual é a expectativa do presidente da ASAP para este ano no que diz respeito à atividade das sociedades de advogados que trabalham no nosso País?
A perspetiva é otimista, apesar das incertezas que pairam no mundo. O Direito e a Justiça são mais necessárias em momentos de incerteza, como estes, sendo necessária uma advocacia livre e independente, capaz de aconselhar em momentos de incerteza.

Que desafios se colocam no atual contexto às sociedades de advogados? As associadas da ASAP estão preparadas para os mesmos?
As associadas da ASAP estão preparadas para os desafios que se avizinham, desde logo o tecnológico, com a enorme evolução do digital no mundo jurídico, das novas formas de trabalho e dos escritórios, no mundo em transformação, da crescente procura pelo mercado português de sociedades internacionais, além dos desafios que se preveem em Portugal, com as reformas legislativas em curso. Cada vez há mais novas sociedades de advogados a serem criadas, com colegas novos e bem preparados. As sociedades mais antigas estão a crescer e a tornar-se capazes de competir no mercado global. Por tudo isto, a minha perspetiva é otimista. Embora esse otimismo vá dar trabalho a concretizar.

A atual direção da ASAP pretende recandidatar-se a um novo mandato?
Não é costume na ASAP recandidaturas, mas entendemos que face às vicissitudes encontradas no início do mandato, que limitou substancialmente os anos de 2020 e 2021, estaríamos disponíveis para fazer mais um mandato. Não gostamos de sair sem cumprir o plano de atividades traçado e ficaram, por causa dessas condicionantes, algumas matérias relevantes por cumprir, desde logo a criação de Comissões Temáticas. ■

JUSNET

JusNet

Faça como nós:
encontre de forma eficiente e eficaz

Apoio à resolução de processos e consultas com **soluções certas** e **seguras**.

Notícias de última hora com **relevância jurídica**.

Tarefas desempenhadas em menos tempo com o auxílio da pesquisa semântica, utilização de critérios cumulativos de pesquisa, **comparação de versões** de vigência, etc.

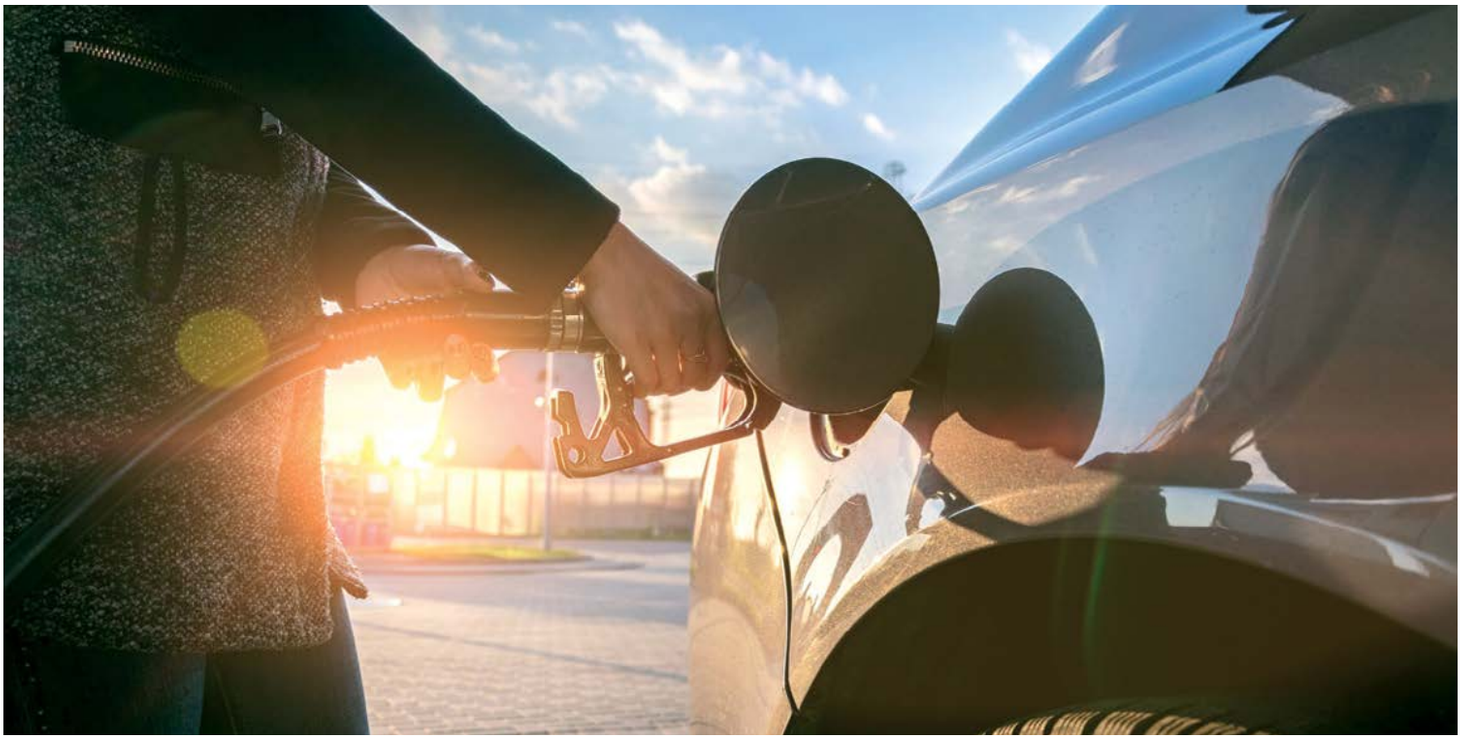
Utilização produtiva dos recursos: toda a **informação atualizada** diariamente (legislação, jurisprudência, instruções administrativas, minutas, referências bibliográficas e artigos disponíveis com texto completo).

Mais informação:

www.jusnet.pt
308 804 615
pt-clientes@wolterskluwer.com

MERCADO EM 2023

DA INCERTEZA DA EVOLUÇÃO ECONÓMICA AO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA



As projeções relativas à evolução da economia no espaço comunitário em 2023 estão marcadas pela incerteza. E há razões para isso: a dependência energética dos países europeus face aos mercados externos, a continuação da guerra na Ucrânia, a inflação que deverá manter-se alta e, como tentativa de resposta a esta realidade, a subida das taxas de juro em que Banco Central Europeu (BCE) vai continuar a apostar. Ainda assim, há também alguma expectativa positiva quanto à atividade do mercado da advocacia jurídica mais direcionada para o apoio às empresas. E há também um Plano de Recuperação e Resiliência, cuja execução dos fundos terá de começar em força já este ano.

Entre os players do setor, existe a perceção de que o mesmo estará preparado para dar resposta aos desafios que lhe forem sendo colocados e continuará a servir adequadamente os interesses dos clientes ao longo do ano. Isto, apesar da pandemia e da guerra e até da dupla transição – digital e energética – em que a União Europeia, mas não só, está a apostar.

Há também quem lembre que, historicamente, em cenários de incerteza, as empresas de serviços profissionais – onde o setor da advocacia societária se inclui – registam períodos de volume acrescido de trabalho. É que embora a advocacia não viva exclusivamente do conflito entre partes, também se alimenta dele, para atingir acordos que representem sempre a melhor solução para os clientes.

A expetativa existente é de que possa alterar-se um pouco a composição do tipo de trabalho prestado pelos advogados, mas sem que haja uma reação imediata ou direta a contextos macroeconómicos mais adversos como o que vivemos. Uma ideia que assenta no facto...

"HÁ TAMBÉM QUEM LEMBRE QUE, HISTORICAMENTE, EM CENÁRIOS DE INCERTEZA, AS EMPRESAS DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS - ONDE O SETOR DA ADVOCACIA SOCIETÁRIA SE INCLUI - REGISTAM PERÍODOS DE VOLUME ACRESCIDO DE TRABALHO."

Universidade Lusíada

Lisboa e Porto

1.º ciclo Licenciaturas

- **CRIMINOLOGIA** Porto
- **DIREITO** (*) Lisboa e Porto
- **POLÍTICAS DE SEGURANÇA** Lisboa
- **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** Lisboa e Porto

2.º ciclo Mestrados

- **CONTRATOS PÚBLICOS** Lisboa
- **CRIMINOLOGIA** Porto
- **DIREITO** Lisboa e Porto
- **RELAÇÕES INTERNACIONAIS** Lisboa e Porto
- **SEGURANÇA E JUSTIÇA** Lisboa

3.º ciclo Doutoramentos

- **DIREITO** Lisboa e Porto

Pós-graduações

- **DIREITO E PRÁTICAS PROCESSUAIS** Porto
- **DIREITO DO TRABALHO** Lisboa e Porto
- **DIREITO DOS REGISTOS E NOTARIADO** Lisboa
- **DIREITO FORENSE, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM** Lisboa
- **DIREITO IMOBILIÁRIO** Lisboa
- **DIREITO LABORAL DESPORTIVO** Porto
- **DIREITO REGISTRAL E NOTARIAL** Porto
- **GESTÃO DE RISCOS, CRISES E SEGURANÇA EMPRESARIAL** Lisboa

Prémio de Mérito
Redução da propina anual de frequência escolar dos estudantes mais bem classificados que ingressem na Universidade Lusíada através do concurso institucional de acesso (ver ***www.ulusiada.pt***)

***Alumni* Lusíada**
Descontos para antigos estudantes e seus familiares

Protocolos com mais de 100 organizações
Descontos para associados, cônjuges e filhos em economia comum

Bolsas • Estudantes externos com licenciatura obtida em Portugal • 2.º ciclo • Mestrados
Redução de 40% nas propinas para estudantes com média igual ou superior a 14 valores

Duração dos cursos: 1.º ciclo: 3 anos | (*) 1.º ciclo DIREITO: 4 anos | 2.º ciclo: 2 anos | 3.º ciclo: 3 anos

Lisboa
Rua da Junqueira, 188-198
1349-001 Lisboa
Tel.: 213 611 500
E-mail: info@lis.ulusiada.pt
Internet: www.lis.ulusiada.pt

Porto
Rua de Moçambique, 71
4100-348 Porto
Tel.: 225 570 800
E-mail: info@por.ulusiada.pt
Internet: www.por.ulusiada.pt

de os observadores económicos mundiais admitirem que poderemos estar perante um ciclo contracionista que tenderá a ser mais curto do que aqueles pelos quais passámos em crises anteriores.

O certo é que a incerteza caracterizará 2023 e tenderá a haver por parte dos agentes económicos uma atitude mais prudente. O ano anuncia-se difícil para as empresas e para as famílias, dando sequência a um conjunto de acontecimentos externos e internos ao nosso país, que vão marcar definitivamente o estado da nossa economia. Veja-se a guerra na Ucrânia, com o consequente impacto no custo da energia, ou a escalada da inflação, que continuará a marcar a atuação do BCE, com consequente subida das taxas de juro.

Perante este quadro, as necessidades de serviços jurídicos qualificados continuarão a existir e de forma premente. Assistiremos, eventualmente, a uma diminuição nas operações de aquisições e fusões, mas por outro lado, as áreas de laboral, reestruturações e insolvências, a exemplo do que sucedeu em crises recentes, poderão ter uma maior procura.

A IMPORTÂNCIA DO PRR

É dado assente que uma melhor execução das verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) poderão ajudar na recuperação económica. O investimento público está, em grande medida, concentrado nas várias medidas que formam este plano, pelo que entre os players do mercado da advocacia societária há quem considere que a chamada bazuca europeia dará um fôlego extra à economia.

A execução do PRR é tão relevante que se estima que a sua execução possa significar entre 2 a 3% do PIB e com um propósito não despiciendo de, simultaneamente, contribuir para a digitalização da economia e para transição energética. O ano de 2023 poderá ser o de maior execução de fundos europeus desde a nossa adesão à União Europeia. Será o último ano de execução do PT2020 e, portanto, não haverá qualquer folga para adiamentos ou atrasos, lembra um advogado citado pelo Negócios.

Por isso, no próximo ano serão executados os mais de 3,5 mil milhões de euros que falta executar. Mas há que somar cerca de três mil milhões que poderão ser executados no âmbito do PT2030 e ainda os 4,2 mil milhões do PRR. Tudo somado, são 10,7 mil milhões de fundos europeus a ser executados em 2023. O equivalente a 4,6% do PIB Português.

É verdade que a execução das verbas do PRR em 2023 não será uma resposta direta à retração económica. Trata-se de investimentos estruturais que, se bem realizados, terão efeitos a longo prazo e não se destinarão a colmatar os efeitos desta crise que, se espera, sejam eminentemente conjunturais. Não obstante, a atividade da advocacia beneficiará no imediato da necessidade de estruturação de tais investimentos, designadamente nas áreas da transição energética e, em particular, das energias renováveis. ■

Nova Versão

Software de gestão para Advogados

LMS
LEGAL MANAGEMENT SYSTEM

Uma solução de gestão inteligente dedicada a escritórios de advogados ou organizações com grandes volumes de processos, que permite automatizá-los e otimizá-los.

PEDIR DEMONSTRAÇÃO
comercial@bluescreen.pt
21 722 3822

Gestão processual com um controlo financeiro mais eficiente!

- JURÍDICO
- RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO
- MEIOS OPERACIONAIS
- RECEBIMENTOS DESPESAS E COMISSÕES
- COMPLIANCE E IT

O LMS É SIMPLES, INTUITIVO E FÁCIL DE PERSONALIZAR.

QUERO SABER MAIS

Blue Screen IT Solutions 20 years

https://digital.bluescreen.pt/sistema-gestao-juridica
comercial@bluescreen.pt | Tel.: +351 21 722 3822

JUSTIÇA 2023

NOVA BASTONÁRIA QUER ADVOGADOS COM DIREITOS PARA A ADVOCACIA SER LIVRE

Fernanda de Almeida Pinheiro, de 53 anos, advogada inscrita pela Comarca de Lisboa, desde 2002, vai estar à frente dos destinos da Ordem dos Advogados durante o próximo triénio (2023-2025). É a terceira mulher na história da instituição a assumir o cargo de bastonária. Maria de Jesus Serra Lopes, entre 1990 e 1992, foi a pioneira. Elina Fraga, de 2014 a 2016, foi a segunda voz feminina eleita pela classe.

Num discurso impressivo, a 9 de janeiro deste ano, Fernanda de Almeida Pinheiro disse ao que vinha e não esqueceu a sua condição e as suas origens. "Há cerca de 50 anos, uma mulher, filha de uma humilde cozinheira […] e de um modesto mecânico de automóveis […] educada na escola pública, depois trabalhadora-estudante do pós-laboral, licenciada em direito no ensino cooperativo e sem quaisquer pergaminhos anteriores na profissão, exercendo a mesma em prática individual, jamais poderia ser eleita, como eu […], bastonária da advocacia portuguesa", afirmou na ocasião.

Nas linhas mestras que traçou para o seu mandato, a bastonária da Ordem dos Advogados frisou que "a justiça é essencial numa democracia e num estado que se quer de direito", e deixou claro que "enquanto não forem garantidos aos advogados os seus mais básicos direitos humanos, a advocacia não é nem livre, nem autónoma, nem independente". Fernanda de Almeida Pinheiro referia-se a questões que quer ver consagradas, como "garantir que os advogados e as advogadas deste país não mais sejam privados de poder exercer os seus direitos inalienáveis de parentalidade" e que "os profissionais não sejam obrigados a agendar sessões de quimioterapia entre diligências processuais, uma vez que não podem dar-se ao luxo de padecer de uma doença oncológica, grave e incapacitante, que os impeça de trabalhar".

Sobre a justiça, sublinhou que "é essencial que chegue aos cidadãos e às cidadãs, independentemente da sua origem, dos seus meios económicos e do seu estrato". Nesse sentido, explicou que um dos propósitos do seu mandato será pugnar pela revisão das condições de acesso ao sistema de acesso ao direito e aos tribunais e "à consulta jurídica em todo o território nacional". Por fim, "mas não menos importante", avançou que é fundamental "garantir a remuneração digna aos profissionais inscritos no sistema".

Outros objetivos que anunciou para o seu mandato passam por garantir a "formação adequada dos estagiários e das estagiárias que pretendem ingressar na profissão, a par da formação continua de todos os profissionais que advogam no nosso país". Uma meta "não menos importante", frisou, "é regular de forma adequada a relação existente entre sociedades e os seus e as suas associadas, e bem assim as relações de contratação de serviços entre pares".

Adversária do novo diploma de regulação das ordens profissionais e a muito criticada norma que permite a presença de elementos externos à profissão em órgãos disciplinares, a nova bastonária, Fernanda de Almeida Pinheiro já veio garantir, após reuniões com vários atores políticos, entre os quais o Presidente da República, que este "não é um assunto encerrado, nem pode ser". De resto, Marcelo Rebelo de Sousa, parece ter-lhe dado razão, ao enviar o diploma para fiscalização preventiva por parte do Tribunal Constitucional, organismo que, contudo, decidiu pela constitucionalidade do texto.

Até 2025, a terceira mulher na história da Ordem dos Advogados a assumir o cargo de bastonária tem um programa de ação ambicioso, mas que espera possa ser concretizado em diálogo com a tutela da Justiça, personificada na ministra, Catarina Sarmento e Castro.

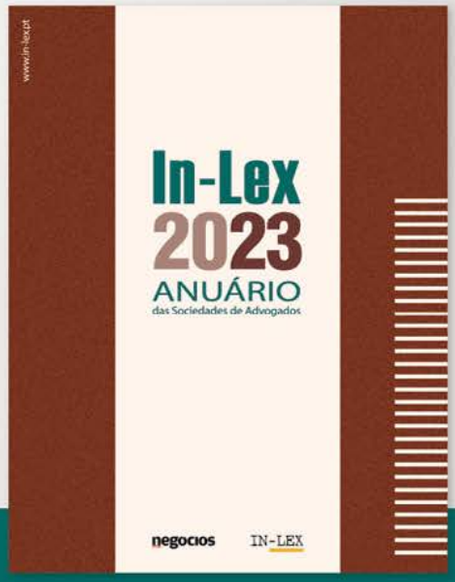
"Temos estado a conversar e tenho a certeza de que este mandato, o meu e o da senhora ministra, vai ser muito profícuo em entendimentos e vamos conseguir chegar a bom porto em muitas coisas que precisamos de agilizar", afirmou publicamente Fernanda de Almeida Pinheiro.

negocios

IN-LEX

QUID JURIS?

Pergunte a quem de direito.



www.in-lex.pt

In-Lex, Anuário das Sociedades de Advogados